

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
***CAMPUS* DE CACOAL**
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIENCIAS CONTABEIS

GEISYLA PAULA DOS SANTOS

**O LAUDO PERICIAL CONTÁBIL NA VISÃO DOS JUIZES DAS
VARAS TRABALHISTA E CÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CACOAL NO
PERÍODO DE 2005 A 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal - RO
2010

**O LAUDO PERICIAL CONTÁBIL NA VISÃO DOS JUIZES DAS
VARAS TRABALHISTA E CÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CACOAL
NO PERÍODO DE 2005 A 2010**

Por:

GEISYLA PAULA DOS SANTOS

**Artigo apresentado a Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Campus de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Contábeis, sob
orientação da Profª Esp. Ellen Cristina de
Matos.**

**Cacoal - RO
2010**

**O LAUDO PERICIAL CONTÁBIL NA VISÃO DOS JUÍZES DAS VARAS
TRABALHISTA E CÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CACOAL
NO PERÍODO DE 2005 A 2010**

O artigo intitulado “*O Laudo Pericial Contábil na visão dos Juízes das Varas Trabalhista e Cíveis do município de Cacoal no período de 2005 a 2010.*”, elaborado pela acadêmica Geisyla Paula dos Santos, foi avaliado pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Esp. Ellen Cristina de Matos – Orientadora
Presidente

Prof. Esp. Andréia Duarte Aleixo
Membro

Prof. Ms. Adriano Tumelero
Membro

Média

**Cacoal - RO
2010**

Agradeço primeiramente a Deus, por toda graça e capacidade que me foram concedidas durante esses dias. Agradeço a minha família por todo apoio e consideração, ao príncipe Enio D’Lana por ter me motivado, a minha amiga “Teletubies” Giandra Cristina Bampi Valeriano pelo ombro amigo e pela preciosa companhia durante os últimos três anos de faculdade e a prof. Esp. Ellen Cristina de Matos por toda orientação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A PERÍCIA CONTÁBIL.....	07
1.1 DO PERITO.....	08
1.2 DO LAUDO.....	09
1.3 DA EXECUÇÃO DA PERÍCIA A FORMULAÇÃO DO LAUDO.....	10
1.4 PERÍCIA CONTABIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CÍVIL.....	12
2 METODOLOGIA.....	13
3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5 REFERÊNCIAS.....	23
6 OBRAS CONSULTADAS.....	24
7 APÊNDICE.....	25

O LAUDO PERICIAL CONTÁBIL NA VISÃO DOS JUIZES DAS VARAS TRABALHISTA E CÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CACOAL NO PERÍODO DE 2005 A 2010

Geisyla Paula dos Santos¹

RESUMO: O Laudo Pericial pode ser considerado como um instrumento cujas informações nele contidas auxiliam os juízes por ocasião da tomada de decisões pertinentes as demandas resultantes de processos, onde o Perito expõe de forma clara a sua opinião em relação aos quesitos formulados. Este artigo tem por finalidade constatar a visão dos magistrados em relação aos Laudos que foram recebidos nas varas civil e trabalhista do município de Cacoal no período de 2005 a 2010, e para tanto visa constatar os principais aspectos conceituais, legais e procedimentais da Perícia Contábil no âmbito judiciário. Primeiramente foram apresentados conceitos relativos ao profissional e ao documento, observando principalmente o Código de Processo Civil e as leis vigentes no Brasil. Em seguida foi aplicado um questionário contendo quinze perguntas para constatar a opinião dos juízes em relação aos Laudos. Foi utilizado o método dedutivo para o desenvolvimento do estudo, pesquisa bibliográfica para a abordagem teórico-conceitual e pesquisa de campo para a obtenção dos resultados. Com a pesquisa, verificou-se que os juízes possuem uma boa percepção desses laudos, sendo a nota média atribuída por eles no valor 8 (oito). Os Laudos conseguem alcançar os objetivos desejados, tendo os questionamentos respondidos e consequentemente auxiliam os juízes nas suas tomadas de decisões. Os aspectos que necessitam ser observados pelos Peritos e melhorados são os referentes à quantidade excessiva de termos técnicos, a precisão das informações e a margem de contestação ainda presente nos Laudos Periciais.

Palavras-chave: Perícia contábil. Laudos. Juízes. Magistrados.

INTRODUÇÃO

A Perícia Contábil constitui-se por conjunto de procedimentos técnicos, realizada por Peritos Contadores, com o objetivo de fornecer aos juízes informações para a dissolução de conflitos relacionados a questões patrimoniais sobre as quais seu conhecimento seja limitado, necessitando de auxílio de um *expert* que desenvolva e apresente, por meio do laudo pericial, as informações para sua tomada de decisão.

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Esp. Ellen Cristina de Matos. Com os respectivos emails: geisyladiscipula@hotmail.com e ellen_dematos@hotmail.com

O Laudo Pericial Contábil forma um documento escrito, onde os peritos devem escrever, de forma compreensiva e sucinta, o conteúdo da perícia e a busca de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho. É através do laudo que se consubstancia o trabalho pericial no tocante a exposição e documentação, com a intenção de divulgar o julgamento do perito sobre assuntos formulados nos quesitos.

Esse documento auxilia os juízes em tomadas de decisões, e por esse motivo o laudo deve ser elaborado atendendo aos requisitos especiais que lhe são pertinentes, contendo uma linguagem clara, com as informações transcritas de forma precisa e sucinta, com todos os quesitos respondidos e sem deixar margem para questionamentos.

No respectivo trabalho, apresenta-se uma breve abordagem sobre a Perícia Contábil (PC), utilizando-se o método dedutivo para produção do desenvolvimento deste estudo, bem como pesquisa bibliográfica para a abordagem teórico-conceitual e pesquisa de campo para a obtenção de informações a respeito da percepção do público alvo pesquisado.

A pesquisa de campo foi realizada na única Vara do Trabalho e nas quatro Varas Cíveis presentes no Município de Cacoal, no Estado de Rondônia, utilizando-se questionário misto, contendo questões abertas e fechadas, aplicando-o aos juízes das respectivas varas.

Este trabalho visa como objetivo geral o desenvolvimento de pesquisa que permita analisar a qualidade das informações fornecidas pelo perito contábil e a visão dos magistrados em relação aos laudos apresentados, objetivando especificamente constatar os principais aspectos conceituais, legais e procedimentais da Perícia Contábil no âmbito judiciário e verificar a percepção dos juízes em relação aos laudos periciais contábeis e seu conteúdo informacional.

A fundamentação do estudo baseia-se principalmente nas normas técnicas e profissionais relativas à Perícia Contábil estabelecidas pelo sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TP 01, Normas da Perícia Contábil (Resolução CFC 1.243/09) e a NBC PP 01 Normas Profissionais de Perito Contábil (Resolução CFC 1.244/09) que vieram a completar e ordenar o profissional e dar sustentação necessária à atividade pericial, bem como o Código de Processo Civil, Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

A pesquisa se justifica devido à ausência de informações relativas à perícia contábil, que por abordar informações de interesse, principalmente da classe contábil, busca a realização de um estudo para averiguar o teor e a relevância desses laudos periciais para os envolvidos em uma contenda judicial que envolva o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas.

1 ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE A PERÍCIA CONTÁBIL

Há uma relação de dependência entre as profissões. O profissional contábil, por exemplo, necessita do conhecimento e relacionamento com outros profissionais para desenvolver suas atividades, e também colabora para que o trabalho de outros profissionais (dentre eles os juízes) venha realizar-se ou concluir-se com estas informações fidedignas e necessárias.

Na justiça, os juízes por mais que estejam em uma vara específica, não detêm todas as informações e conhecimento necessário para tomar uma decisão correta e precisa, é por esse motivo que há a necessidade da intervenção de profissionais que venham a transmitir essas informações corretamente.

O perito contábil como um desses profissionais, que por meio do laudo dá suporte aos juízes ao tomar uma decisão.

As normas técnicas e profissionais relativas à Perícia Contábil estabelecidas pelo Sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TP 01 Normas da Perícia Contábil (Resolução CFC 1.243/09) e a NBC PP 01 Normas Profissionais de Perito Contábil (Resolução CFC 1.244/09) que vieram a completar e ordenar o profissional e dar sustentação necessária à atividade pericial.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 em seu artigo 2 define que:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e a legislação específica no que for pertinente.

No mesmo sentido, para Ornelas (2003, p.33):

A Perícia Contábil inscreve-se num gênero de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, e serve como meio de prova de determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controvertidas.

Diante dessas informações fica evidente a importância da Perícia Contábil como meio de prova, que fornece ao juiz informações claras e precisas com a intenção de subsidiá-lo a uma decisão correta.

1.1 DO PERITO

Devido essa responsabilidade e importância do laudo pericial, este não pode ser elaborado por qualquer pessoa. O profissional deve de estar apto legalmente para esse serviço e dispor de tempo necessário para cumprir os prazos estabelecidos pelo juiz.

O Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº NBC PP 01/09, estabelece as normas profissionais do perito, no item 2: “Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiência, da matéria periciada.”

Conforme Alberto (2007, p. 90) o perito tem “o dever de recusar o trabalho se não tiver adequadamente capacitado a desenvolvê-lo.”

De acordo com Lopes de Sá (2005, p.20):

O profissional que executa a perícia contábil precisa ter um conjunto de capacidade, que são suas qualidades. Entre elas estão:

1. Legal;
2. Profissional;
3. Ética;
4. Moral.

Além dessas capacidades o Perito contábil deve ter outras características, como: capacidade profissional, capacidade ética e capacidade moral.

A capacidade ética é estabelecida no Código de Ética Profissional do Contador e a Norma do Conselho Federal de Contabilidade.

E as capacidades profissionais do Perito, segundo a abordagem de Lopes de Sá (2005, p.45) são caracterizadas por:

1. Conhecimento teórico da contabilidade;
2. Conhecimento prático das tecnologias contábeis;
3. Experiência em perícias;
4. Perspicácia;
5. Perseverança;
6. Sagacidade;
7. Conhecimento geral de ciências afins à contabilidade;
8. Índole criativa e indutiva.

Essas características são necessárias, já que este profissional não pode errar devido seu nível de responsabilidade. E por este e outros motivos, o Perito Contábil deve utilizar-se de todas as informações, medidas e precauções disponível e existente para evitar prejuízos a

terceiros e realizar um trabalho adequado e com qualidade e que venha a chegar ao seu objetivo final.

Diante de todas as qualidades, capacidade, responsabilidade e conhecimento que o Perito deve ter, ele deverá analisar muito bem a aceitação ou petição dos honorários. Conforme a abordagem na NBC PP 01 no item 47:

Na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar os seguintes fatores: a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento e os laudos interprofissionais, entre outros fatores.

Quando for caso de petição o Perito Contador deve observar e analisar alguns critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade. A NBC PP 01 que no item 62 define: “O perito-contador deve apresentar sua proposta de honorários, devidamente fundamentada, ao juízo ou contratante, podendo conter o orçamento ou este constituir-se em um documento anexo.”

Antes de se iniciar a Perícia Contábil é definida a forma de recebimento dos honorários pelo Perito, mas ele pode requerer liberação parcial dos honorários, quando achar necessário para o custeio de despesa do trabalho. Podendo essa solicitação ser aceita ou não.

1.2 DO LAUDO

Diante dos objetivos estabelecidos nas resoluções, e após todos os processos necessários, o perito entrega ao magistrado um documento escrito no qual constam as informações necessárias a elucidação de possíveis dúvidas. Como estabelece a Norma Brasileira de Perícia Contábil NBC TP no item 59:

O laudo contábil e o parecer pericial contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

Nesse mesmo sentido, segundo Magalhães *et al.* (2006, p. 40): “É o laudo que consubstancia o trabalho pericial nos aspectos de exposição e documentação, principalmente no propósito de expressar a opinião do perito sobre questões formuladas nos quesitos.”

Existem vários critérios que devem ser observados pelo perito para atingir a qualidade e a finalidade do laudo. Conforme abordagem de Lopes de Sá (2005, p.24): “O Laudo Pericial

é uma peça de alta responsabilidade que requer qualidade, devendo atender a requisitos especiais que lhe são pertinentes. E, segundo o mesmo autor (2005, p.21): "A plena satisfação da finalidade é, exatamente, o resultado de o trabalho estar coerente com os motivos que o ensejam."

Diante de um Laudo Pericial bem elaborado, que obedece às normas existentes e com todos os questionários respondidos com clareza, os juízes têm todo respaldo e segurança na tomada de decisão.

1.3 DA EXECUÇÃO DA PERÍCIA A FORMULAÇÃO DO LAUDO

A primeira fase da execução da Perícia Contábil ocorre com a nomeação por parte do juiz do profissional que poderá executar essa atividade. Diante da nomeação o Perito deverá comparecer em prazo fixado no cartório para reconhecer os autos e definir se irá aceitar ou não a nomeação.

Posteriormente o Perito deverá fazer o planejamento. A NBC TP 01 no item 31 define que:

O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial, que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito estabelece os procedimentos gerais dos exames a serem executados no âmbito judicial, extrajudicial para o qual foi nomeado, indicado ou contratado, elaborando-o a partir do exame do objeto da perícia.

Na execução da Perícia serão empregadas diligências para a obtenção de informações necessárias. Sendo essas diligências utilizadas antes, durante e depois da elaboração do Laudo Pericial.

Segundo Zanna (2007, p.135):

Por diligências entende-se todo e qualquer ato executado pelo perito oficial e pelos assistentes técnicos, com a finalidade de juntar provas e argumentos para confeccionar o laudo pericial requerido, exclusive a confecção do próprio laudo, sua entrega e demais atividades que se seguem à consignação do laudo.

Na sua elaboração o Perito deverá seguir a Norma Brasileira de Contabilidade e estar atento, pois o laudo é um documento escrito que precisa ter um conteúdo específico de fácil assimilação, seguindo a uma ordem lógica, sem rasuras, erros ortográficos ou falha na impressão.

Para Caldeira (2002, p.3):

O laudo pericial contábil é de grande relevância na decisão dos Juízes, o perito deve se preocupar com a qualidade do seu trabalho, um erro na produção do laudo acarreta em uma prova mal regulada, que pode não expressar a verdade, trazendo com isso desconfiças e questionamentos ao seu trabalho, além de induzir o magistrado na tomada de uma decisão incorreta.

Na mesma linha de raciocínio, Magalhães *et al.* (2006, p. 40) diz que:

A apresentação do Laudo Pericial é fator de grande importância, pois mesmo que o perito tenha realizado um excelente trabalho técnico ou científico, se não apresentar de maneira adequada e com boa estética, isento de erros, rasuras e rabiscos, a receptividade por parte do juiz e das partes (advogado) pode ser afetada.

Ao discorrer sobre o assunto Ornelas (2003, p. 95) enfatiza:

Organizar e desenvolver o conteúdo do laudo pericial contábil de forma lógica e tecnicamente correta obriga o perito a pensar criativamente como oferecer uma peça técnica inteligível para seus leitores, com qualidades técnicas impecáveis, que permitam, por meio de sua leitura, entender os contornos do processo, os fatos controvertidos que ensejaram o próprio pedido ou determinação da prova técnica, bem assim a certificação positiva ou negativa desses mesmos fatos.

Deve ser observada a estrutura dos Laudos Periciais, pois, de acordo com Lopes de Sá (2005, p.45), o laudo pericial deve apresentar em sua estrutura no mínimo os seguintes elementos:

- I. Prólogo de encaminhamento;
- II. Quesitos;
- III. Respostas;
- IV. Assinatura do perito;
- V. Anexos;
- VI. Pareceres (se houver).

O prólogo de encaminhamento constitui-se a identificação e o pedido de anexação aos autos. Os quesitos são perguntas que podem ser elaborados pelo autor e pelo réu através de seus advogados.

As respostas irão esclarecer e sanar as dúvidas em relação aos quesitos elaborados, devendo seguir a ordem das perguntas, podendo ser utilizado ilustrações para esclarecer e

reforçar as respostas. Os pareceres, quando vier a existir, deverão ser anexados nos Laudos Periciais.

O Perito deve assinar o Laudo, considerando que este instrumento trata-se de um documento e o profissional que elaborou irá responder por qualquer situação ou acontecimento que poderá surgir posteriormente.

Além desse cuidado necessário na forma e estrutura do Laudo Pericial Contábil, existe alguns assuntos que devem ser observados pelo perito contador, para um melhor arquivamento e conseqüentemente facilitar a localização desse documento no processo, quando necessário.

Sobre esse assunto Magalhães *et al.* (2006, p. 40) destacam:

É recomendável que no Laudo Pericial seja apresentada a indicação do número dos autos, vara, comarca, em papel tamanho ofício, sem timbre, com observação de margem convencional para arquivamento, datilografado ou editado em computador, em espaço duplo e com a identificação do perito.

Depois de concluído o Laudo Pericial, esse documento deverá ser juntado ao processo, ou seja, ser enviado pelo diretor de cartório para a análise do juiz que emitirá um despacho saneador.

1.4 PERÍCIA CONTÁBIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Código de Processo Civil trata de maneira clara e específica sobre o desenvolvimento da Perícia Contábil.

Referido ordenamento jurídico em seu art. 139 estabelece que: “são auxiliares do juiz, além de outros, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete.” (BRASIL, 2002).

E também no art. 145 que diz: “Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito.”

O Código de Processo Civil e demais leis e resoluções mostram a necessidade e a importância do desenvolvimento da Perícia Contábil, como também dão todo apoio indispensável para a realização legal desse serviço subsidiando assim a decisão do juiz em

assuntos que ele não detenha informações necessárias ou suficientes. Mas esse serviço e profissional só serão amparados legalmente se estiverem em conformidade com os quesitos que a própria lei obriga a observar e seguir.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho classifica-se como pesquisa bibliográfica, documental, levantamento, exploratória e descritiva. Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se o método dedutivo, tendo como técnica a observação sistemática.

A observação sistemática foi realizada utilizando-se de questionário mistos, contendo quinze questões variadas em questões abertas e fechadas.

Tendo este trabalho como objeto de pesquisa o Laudo Pericial Contábil, foram apresentados conceitos teóricos que servem como base para se ter um conhecimento geral da Perícia Contábil, e para se alcançar o objetivo desse trabalho, que é verificar a visão dos Juízes, em relação aos laudos que os mesmo têm recebido. Foi aplicado um questionário com perguntas relacionadas ao Laudo Pericial, ao Perito Contador, aos motivos que levam os juízes a solicitar ou não os trabalhos periciais, os tipos de causas que geralmente precisam da Perícia Contábil e os critérios utilizados na escolha dos Peritos.

A pesquisa foi realizada no período do dia 8 (oito) ao dia 24 (vinte e quatro) de novembro de 2010, na cidade de Cacoal, cidade escolhida como parâmetro da pesquisa por ser onde reside a autora do presente artigo. E o critério utilizado nas escolhas das varas foi pela identificação das que apresentam maior frequência a necessidade de trabalhos Periciais Contábeis.

Os questionários foram aplicados nas quatro Varas Cíveis e na única Vara Trabalhista do município de Cacoal. Em cada vara foi deixado questionários relativo à quantidade de juízes existente na vara. Na Terceira Vara Cível e na Vara Trabalhista foram deixados dois questionários em cada, e nas demais varas um questionário em cada.

Dos questionários distribuídos, apenas um, da Vara Trabalhista, não foi respondido, devido a quantidades de audiências que um dos juízes estava presidindo. Sendo assim, este trabalho possui uma amostra de 6 (seis) juízes, tendo pelo menos um representante de cada vara.

Os questionários respondidos foram analisados de forma criteriosa e para a apresentação dos dados coletados e estudados, utilizaram-se recursos estatísticos e cálculos de porcentagem.

Este estudo teve como base o Código de Processo Civil, Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e principalmente as normas técnicas e profissionais relativas à Perícia Contábil estabelecidas pelo sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TP 01, Normas da Perícia Contábil (Resolução CFC 1.243/09) e a NBC PP 01 Normas Profissionais de Perito Contábil (Resolução CFC 1.244/09) que vieram a completar e ordenar o profissional e dar sustentação necessária à atividade pericial.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

A análise foi desenvolvida a partir das seguintes questões:

1- Em que frequência esses Laudos Periciais Contábeis tem sido necessário?

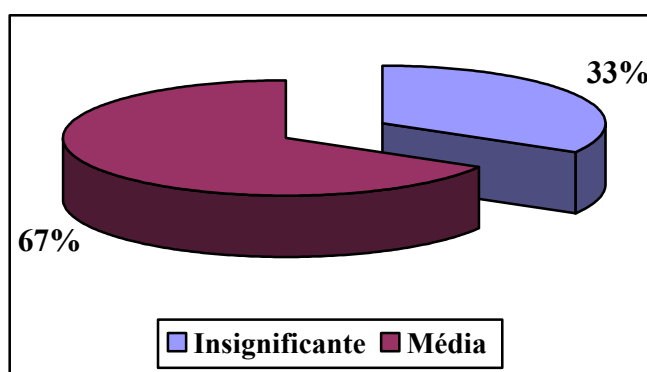


Figura 1: Frequência dos Laudos Periciais Contábeis

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Pode-se observar que a frequência dos Laudos Periciais é pequena, já que 67% (sessenta e sete por cento) dos juízes, ou seja, quatro juízes responderam que a frequência é média; e 33%(trinta e três por cento), que representa uma parcela de dois juízes, responderam que essa frequência é insignificante.

Essa frequência pequena é devida o fato do próprio corpo técnico auxiliar o magistrado em relação ao assunto tratados no processo, ou o próprio juiz tem conhecimento sobre a matéria periciada e por opção do juiz para não onerar as partes envolvidas na contenda.

2- Qual o grau de relevância desses Laudos Periciais?

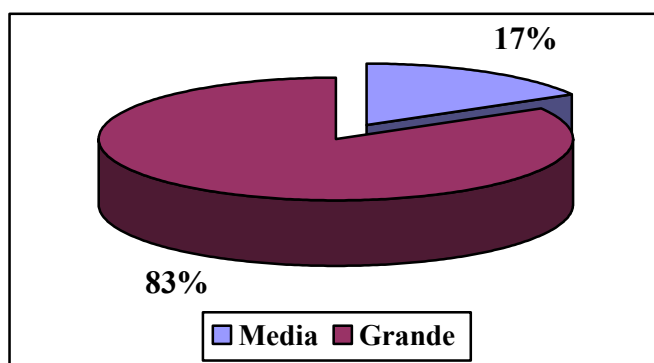


Figura 2: Grau de relevância

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

A análise desses dados permite verificar que mesmo diante da pequena frequência das Pericias Contábeis, os trabalhos Periciais necessários possuem um elevado grau de relevância, onde 83% (oitenta e três por cento) dos juizes afirmaram esse grau de importância; e apenas 17% (dezessete por cento) acreditam que esse grau é médio. Esses números mostram, que a cada seis juizes, apenas um acredita que o grau de importância dos Laudos é médio, não tendo nenhum juiz que considere esses laudos como irrelevantes. Estes dados mostram que quando se faz necessário a Perícia Contábil, esse trabalho se torna essencial e indispensável para se chegar a uma decisão ponderada e correta dos juizes.

3- As informações fornecidas nos Laudos têm alcançado seus objetivos?

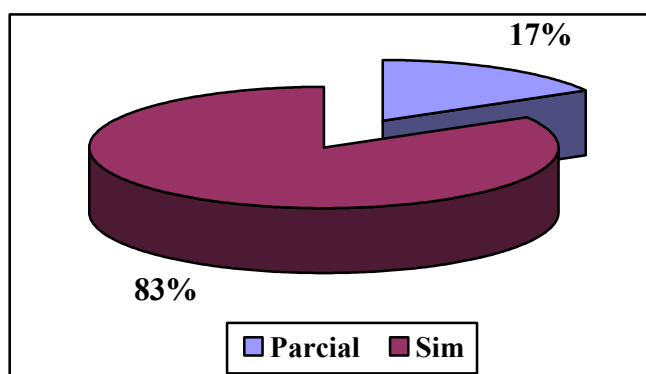


Figura 3: Objetivos alcançados

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

O resultado da pesquisa revelou que 83% (oitenta e três por cento) dos entrevistados entendem que os Laudos Periciais alcançam seus objetivos; e que 17% (dezessete por cento) entendem que os objetivos são parcialmente alcançados. Ou seja, dentre os juizes entrevistados, uma parcela pequena que corresponde a um juiz, não se mostra totalmente

satisfeita em relação aos objetivos desejados que os Laudos Periciais deveriam apresentar. Sendo esses objetivos referentes ao auxílio aos juízes em suas tomadas de decisões.

4- Os Laudos são claros, com uma linguagem acessível?

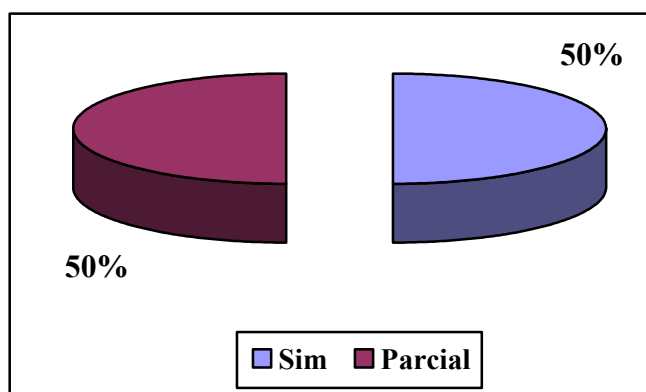


Figura 4: Linguagem clara

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

A pergunta referente a uma linguagem clara mostra que 50% (cinquenta por cento) concordam que a linguagem é clara; e os outros 50% (cinquenta por cento) definem a linguagem fácil de ser compreendida. Apresentam-se alguns itens a serem aprimorados, principalmente os relacionados à quantidade de termos técnicos presentes nos Laudos Periciais para que os três juízes que corresponde aos 50% (cinquenta por cento) insatisfeitos venham a entender com mais clareza e facilidade as informações fornecidas.

5- Os Laudos são precisos - sucintos?

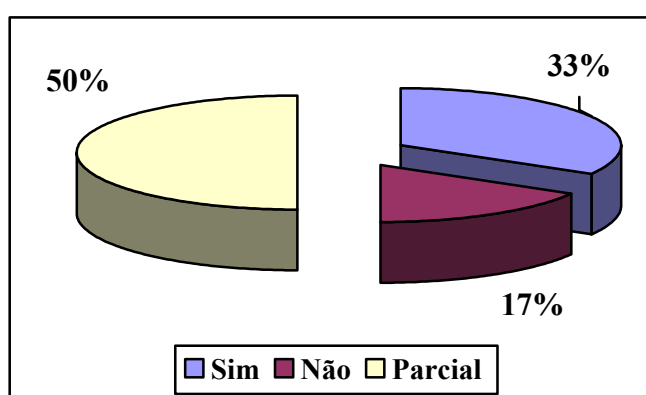


Figura 5: Laudos precisos - sucintos

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

De acordo com o questionário, dois, ou seja, 33% (trinta e três por cento) dos juízes acreditam que os Laudos são precisos e sucintos; um ou 17% (dezessete por cento) dos juízes já dizem que não são sucintos e precisos; e três juízes, que corresponde a uma parcela de 50% (cinquenta por cento) acham que os Laudos apresentam parcialmente um texto sucinto –

preciso. Os juízes acreditam que os Peritos Contadores podem diminuir de forma significativa o texto contido nos Laudos sem perder a qualidade das informações transcritas.

6- Os trabalhos periciais costumam apresentar uma boa estética?

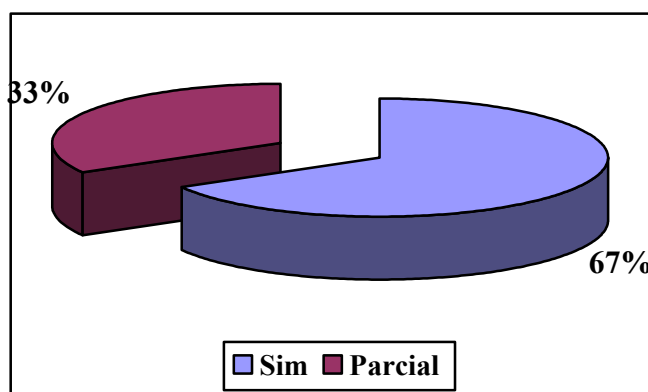


Figura 6: Boa estética

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Observa-se no resultado dessa tabulação que dos seis juízes entrevistados, quatro consideram os laudos com uma boa estética; mas os outros dois juízes consideram os Laudos Periciais com uma estética parcialmente boa, ou seja, 67% (sessenta e sete por cento) dos juízes avaliam os Laudos Periciais com uma boa apresentação estética, e que 33% (trinta e três por cento) demonstram que os Laudos apresentam uma estética parcial. Esta estética colabora principalmente na boa interpretação e análise dos dados.

7- Os Laudos analisados são eficientes?

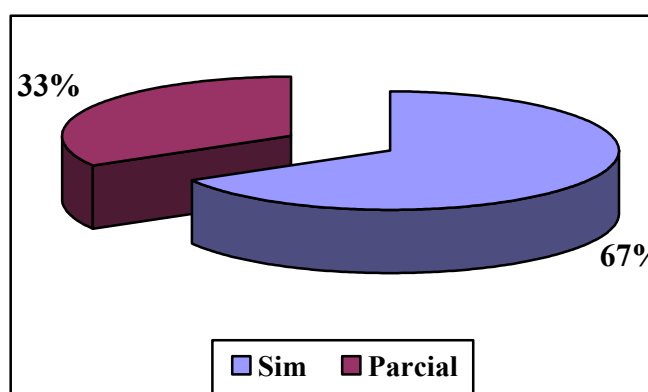


Figura 7: Eficiência

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Quanto à eficiência dos Laudos, a pesquisa demonstra que 67% (sessenta e sete por cento) dos juízes consideram esses trabalhos eficientes, e 33% (trinta e três por cento)

consideram parciais. Sendo esses 67% (sessenta e sete por cento) correspondente a quatro juízes, e os 33% (trinta e três por cento) correspondente a dois juízes. Quanto à eficiência, os juízes consideram eficientes aqueles trabalhos que conseguiram auxiliar a justiça no tocante a servir de prova e ajudar na decisão de uma contenda.

8- Nos Laudos há margem para contestação?

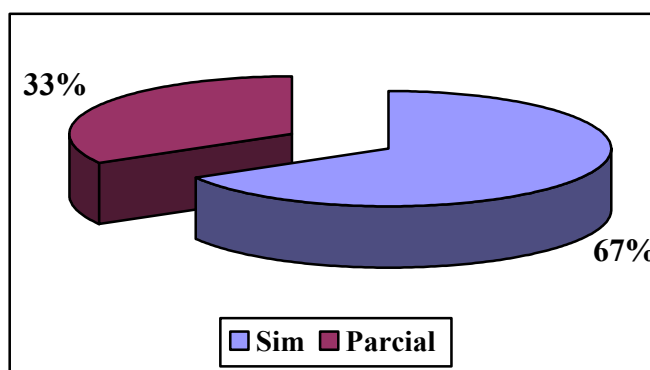


Figura 8: Margem para contestação
Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

De acordo com o questionário, os Laudos Periciais apresentam uma grande margem para contestação, onde 67% (sessenta e sete por cento) dos juízes, correspondente ao número de quatro juízes veem que há uma grande margem para contestação; e 33% (trinta e três por cento) correspondente a dois juízes, veem que há essa margem de contestação, mas de forma parcial. Essa margem de contestação dificulta muito o magistrado em tomar uma decisão, sendo o magistrado obrigado a solicitar o perito para auxiliá-lo a extrair essas contestações ou solicitar novos trabalhos Periciais ao mesmo Perito que realizou o trabalho ou de outros Peritos.

Essa margem de contestação não é em relação aos quesitos, que será demonstrado no próximo gráfico, onde 100% dos juízes disseram que todos os quesitos são respondidos, mas essa margem de contestação é consequência justamente dos termos técnicos da área contábil existente nos Laudos Periciais Contábil, que tem dificultado numa certa proporção a leitura e interpretação dos Laudos Periciais, gerando desta forma nos magistrado duvidas e questionamentos.

9- O Perito responde aos quesitos ou pontos controvertidos formulados pelo magistrado, requerente e requerida?

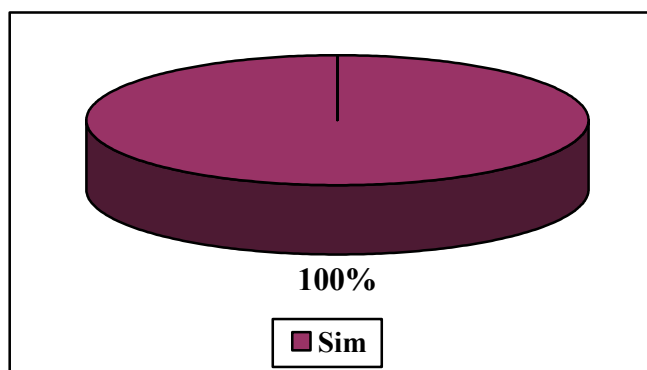


Figura 9: Respostas aos quesitos

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Diante dos quesitos apresentados não há o que contestar, já que os 100% (cem por cento) dos juízes afirmaram que esses quesitos são totalmente respondidos. Ou seja, os seis juízes responderam os questionários de forma unânime, ficando evidente que estão satisfeitos no tocante as resposta formuladas para os quesitos.

Quanto às respostas aos quesitos observa-se que 100% dos juízes disseram que todos os quesitos formulados pelo magistrado, requerente e requerida são respondidos pelos Peritos. Lembrando que quesitos são todas as questões e perguntas feitas aos peritos.

10- Há facilidade de encontrar profissionais habilitados para desenvolver esse serviço?

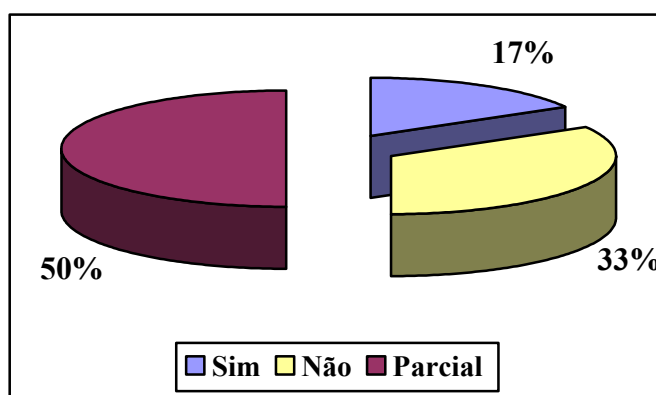


Figura 10: Facilidade de encontrar esse profissional

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Na questão da facilidade de encontrar profissionais para o desenvolvimento desse serviço, apenas 17% (dezessete por cento), ou seja, um juiz considera que há facilidade de encontrar esse profissional; 50% (cinquenta por cento) referente a três juízes, já acreditam que não é tão fácil, mas que há certa limitação; já 33% (trinta e três por cento), ou seja, dois juízes consideram que esse profissional habilitado se encontra escasso no mercado. Essa escassez

ocorre principalmente pelo dispêndio de tempo necessário e capacidade técnica – científico e a qualidade das informações fornecidas.

11- Qual a nota que você atribuiria (1 a 10 pontos) ao trabalho do Perito Contador?

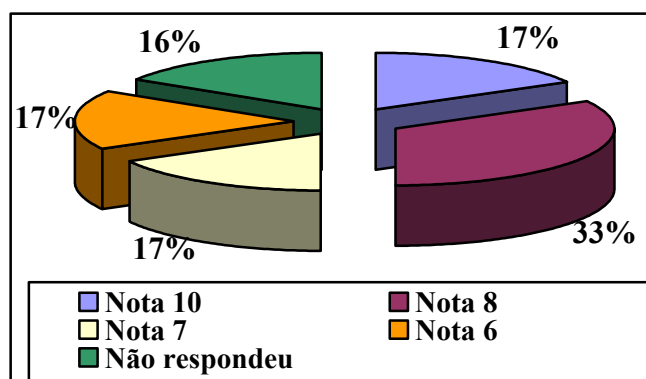


Figura 11: Nota

Fonte: Dados obtidos pelo autor (2010)

Em relação à nota aos serviços dos Peritos Contadores, não houve nenhuma nota abaixo da média 6 (seis), e a maior nota foi a de valor 10 (dez), sendo a nota média, e também de maior frequência, a nota 8 (oito), com um percentual de 33% (trinta e três por cento) referente a dois juízes. A parcela de 16% (dezesesseis por cento) que não respondeu a esta questão, corresponde a um juiz, o qual optou por essa resposta por acreditar que a nota varia muito de Laudo para Laudo, mas deixou claro que, geralmente os trabalhos têm alcançados seus objetivos.

Em relação aos motivos que levam o juiz a solicitar a realização do trabalho pericial contábil, dentre os mais importantes e freqüentes destacam-se: a necessidade de conhecimento, a técnica e estudo para desenvolvimento de cálculos de maior complexidade que ultrapasse o conhecimento do juiz quanto à matéria e quando há controvérsia entre as partes.

Quando questionados sobre os motivos que levam os juízes a não solicitar o trabalho pericial contábil, obtiveram-se as seguintes ponderações:

- Incapacidade financeira das partes litigantes no feito para pagamento dos honorários do profissional contábil;
- Quando há consenso entre as partes;
- Quando as demais provas dos autos são suficientes para resolver o litígio;
- Matéria de baixa complexidade e
- Matéria de conhecimento do juiz.

Segundo os juízes, os tipos de causas em que normalmente são realizados os trabalhos periciais contábeis são: Ações de cobrança; Indenizações; Expurgos inflacionários; Prestação de contas de empresas em caso de dissolução; Que envolvam débitos bancários; Financiamentos; Causas empresariais; Análise de contratos; Processos que envolvam pagamento de comissões; Alegação de pagamento “por fora”; Contratos bancários e Reajustes.

Quanto à escolha dos peritos os critérios utilizados para essa seleção são vários, adequando e variando de acordo com cada juiz, vara e suas necessidades.

Há aqueles que realmente fazem a seleção do Perito diante do credenciamento que esse profissional tem perante o juiz, mas há também aqueles que observam a capacidade técnica, qualidade do serviço prestado e a especialização. Já alguns juízes são mais criteriosos e analisam também a eficiência, confiabilidade e a obediência aos prazos estabelecidos.

Alguns juízes fazem esta escolha analisando os currículos depositados em cartório pelo profissional. Já algumas varas possuem seu próprio rol de peritos, sendo este rol formado por peritos que encaminham o currículo, colocando-se à disposição para exercer a função de acordo com os processos. Essa listagem contida no rol é seguida e possibilita a mesma oportunidade para que todos esses profissionais venham e desenvolvam os trabalhos periciais.

Outra forma de seleção é quando uma das próprias partes indica um profissional de sua confiança e não havendo impugnação da parte contrária o juiz nomeia esse profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das fundamentações teóricas expostas e os resultados obtidos na pesquisa de campo, é possível responder a questão inicial deste trabalho: Qual é a visão dos juízes em relação aos Laudos Periciais das varas trabalhista e cíveis do município de Cacoal no período de 2005 a 2010.

A partir da pesquisa, pode se verificar que a frequência desse tipo de trabalho é pequena, mas quando se faz necessário, esse trabalho pericial é de grande relevância, pois este, quando elaborado com qualidade, exerce uma forte influência, auxiliando na decisão do magistrado.

Segundo os juízes que participaram da pesquisa, os trabalhos relacionados a Perícia Contábil tem alcançados os objetivos necessários e existentes, tendo cinco dos seis juízes essa percepção, correspondente a um percentual de 83% (oitenta e três por cento). Sendo esses Laudos ainda eficientes, apresentando uma boa estética e tendo os quesitos questionados respondidos.

Entretanto, há alguns itens verificados que necessitam ser observados com mais critérios pelos Peritos, são os relacionados com a quantidade de termos técnicos existentes nos trabalhos periciais, que tem dificultado 50% (cinquenta por cento) dos juízes, referente a três juízes, numa certa proporção a leitura e interpretação dos Laudos Periciais. E estes Laudos devem atentar também em relação à precisão dos trabalhos que tem sido considerado por alguns juízes extensos sem a devida necessidade.

Os itens apresentado anteriormente são fáceis de serem corrigidos, e não chegam a atrapalhar os juízes na interpretação das informações, pode dificultar, mas não impedem compreensão. Porém o que os Peritos devem se atentar é em relação à margem de contestação presentes nos Laudos, o que é um ponto importante, pois se haver margem para contestação o trabalho se torna limitado, havendo assim a necessidade do auxílio de outro perito para tirar essa margem de contestação, ou elaboração de um novo Laudo ou ate mesmo a realização de uma nova pericia.

Diante dessas qualidades e imperfeições, a nota média atribuída pelos juízes aos laudos periciais recebidos por eles, é a nota 8 (oito), uma média boa, mas que pode ser melhorada.

Ainda pode ser observado através do questionário que há espaço e necessidade deste profissional no mercado, já que há dificuldade em encontrar peritos contadores disponíveis e qualificados no mercado. E que apesar de alguns juízes fazerem a escolha desse profissional diante do credenciamento que estes têm perante o juiz, este credenciamento torna difícil novos ingressos nesse ramo, foi verificado que há juízes que não optam por esse critério, mas ao contrário, buscam atender a todos os profissionais interessados, que levam os seus currículos ao cartório ou até a vara correspondente, dando oportunidade a novos ingressos nessa profissão, lembrando que o seu primeiro trabalho servirá como parâmetro para a permanência do mesmo nesse ofício, ou seja, ira depender da qualidade de seu serviço prestado.

As considerações sobre o estudo realizado neste trabalho é que além da Perícia Contábil ser uma profissão necessária, com um amplo mercado, com boa remuneração e para ser desenvolvida eventualmente. Apresenta falta de profissionais habilitados para desenvolvê-

lo, já que o mesmo exige alta responsabilidade, um apropriado conhecimento técnico e dispêndio de tempo na realização da perícia e elaboração do Laudo.

5 REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o **Código de Processo Civil**.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 27 jan. 2007.

CALDEIRA, Sidinei. **A influência do laudo pericial contábil na decisão dos Juízes em processos nas varas cíveis**. Disponível em:<<http://www.e.fernando.cse.prof.ufsc.br/Tema%206A%20INFLUENCIA%20DO%20LAUDO%20PERICIAL.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras De Contabilidade**. Resolução n. 1.243/09 – Conselho Federal de Contabilidade – Publicada no DOU de 18/12/09 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TP 01 – Da Perícia Contábil. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001243>. Acesso em : 01 maio 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras De Contabilidade**. Resolução n. 1.244/09 – Conselho Federal de Contabilidade – Publicada no DOU de 18/12/09 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC PP 01 – Do Perito Contábil. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001244>. Acesso. Acesso em: 01 maio 2010.

MAGALHÃES, A. D. F. et al **Perícia contábil**. | et al. | - 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências contábeis sociais** – São Paulo: Atlas, 2005.

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. **Perícia contábil**. – 4. ed. São Paulo: Atlas: 2003.

Sá, Antonio Lopes de. **Perícia contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica** – 5. ed. rev, atual. e ampl. Niterói, RJ: Impetus, 2005.

ZANA, Remo Dalla. **Prática de perícia contábil**. 2. Ed. – São Paulo: IOB Thomson, 2007.

6 OBRAS CONSULTADAS

ARRUDA, C. M.; POZZOBOM, D. E. ; SILVA, T. M. **PERÍCIA CONTÁBIL NA VISÃO DOS PERITOS-CONTADORES E DOS MAGISTRADOS DAS VARAS CÍVEIS DE SANTA MARIA.** Disponível

em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vVn01/t005.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2010.

RIVAS, Ivonne Ivette Vergara; NEVES JUNIOR, Idalberto José das. **A qualidade do Laudo Pericial Contábil e sua influência na decisão de magistrados nas comarcas localizadas no Distrito Federal e na cidade de Fortaleza.** Disponível em:

<http://www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000054.pdf>. Acesso em: 26 de abril 2010.

MEDEIROS, Thaís Alves; NEVES JÚNIOR, Idalberto José das. **A qualidade do Laudo Pericial elaborado pelo Perito Contador na visão de magistrados no Rio de Janeiro e Brasília.** Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos22005/408.pdf>.

Acesso em: 27 de abril de 2010.

7 APÊNDICE



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Informações para o(a) participante voluntário(a):

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa O Laudo Pericial Contábil na visão dos Juizes das varas trabalhista e civil do município de Cacoal no período de 2005 a 2010, sob responsabilidade da acadêmica Geisyla Paula dos Santos.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos: a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; c) sua identidade será mantida em sigilo; d) caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

QUESTIONÁRIO:

1- Em que frequência esses Laudos Periciais Contábeis tem sido necessário?

☐ Insignificante ☐ Média ☐ Grande

2- Qual o grau de relevância desses Laudos Periciais?

☐ Insignificante ☐ Média ☐ Grande

3- As informações fornecidas nos Laudos têm alcançado seus objetivos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

4- Os Laudos são claros, com uma linguagem acessível?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

5- Os Laudos são preciso - sucintos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

6- Os trabalhos periciais costumam apresentar uma boa estética?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

7- Os Laudos analisados são eficientes?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

8- Nos Laudos há margem para contestação?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

9- O Perito responde aos quesitos ou pontos controvertidos formulados pelo magistrado, requerente e requerida?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

10- Há facilidade de encontrar profissionais habilitados para desenvolver esse serviço?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial

11- Qual a nota que você atribuiria (1 a 10 pontos) ao trabalho do Perito Contador? _____

12- Quais os motivos que levam o juiz a solicitar a realização do trabalho pericial contábil?

13- Quais os motivos que levam os juízes a não solicitar o trabalho pericial contábil?

14- Quais os tipos de causas que normalmente são realizados os trabalhos periciais contábeis?

15- Quais os critérios utilizados para a seleção do Perito Contador?
